

Brasil paga US\$ 9,5 bilhões de juros este ano

Governo convocará os demais países devedores para unirem-se pela redução do peso das taxas

CÉSAR FONSECA
Da Editoria de Economia

O Governo negociará politicamente com os credores internacionais a redução do estoque da dívida externa para pagar menos juros, cujo total este ano será de US\$ 9,5 bilhões contra US\$ 4,5 bilhões relativos ao ano passado. O anúncio foi feito pelo ministro da Fazenda, Mairson da Nóbrega, após a reunião de ontem do Conselho de Segurança Nacional que ratificou o fim da moratória declarada em 20 de fevereiro de 1987.

Não é intenção do Governo partir mais para a confrontação, mas sim seguir o caminho da negociação e da cooperação, destacou Mairson, lembrando que o Governo brasileiro estimulará discussão entre chefes de Estados dos países devedores para alcançar tal objetivo, que classificou de quarta etapa de negociação da dívida. Os credores, lembrou, precisam, agora, dar a sua parte de contribuição para ajudar os países endividados a superar o ônus provocado pelos ajustamentos econômicos colocados em prática nos últimos anos.

Para reduzir o estoque da dívida externa, vários mecanismos estão sendo considerados e já postos em prática, como a conversão da dívida em capital, no País, e o lançamento de bônus de saída, os exit bonds, através dos quais os credores brasileiros trocam suas dívidas por papéis com aval do Tesouro cujo prazo de resgate é de 25 anos com juros de 6 por cento ao ano.

TÍTULOS

Paralelamente à redução do estoque da dívida, Mairson disse que o Governo tentará normalizar o fluxo de recursos externos para o País, e uma das alternativas para alcançar esse objetivo será a de lançar títulos do Tesouro Nacional no mercado financeiro internacional. Seria repetir o mesmo que ele fez para obter recursos destinados à rolagem da sua dívida pública interna, lançando títulos no mercado. Certamente, tal estratégia não contribuiria para reduzir o estoque da dívida, porque, com o tempo, ela aumentaria, mas ajudaria o País a obter recursos externos para promover o crescimento interno. Seria outra forma de promover o endividamento.

O lançamento de títulos, bônus, na denominação do ministro, funcionaria da seguinte ma-

neira: uma empresa estatal, Petrobrás, por exemplo, lança no mercado, com aval do Governo Federal, títulos no mercado para, supõe-se, um credor japonês. Este poderá negociar esse título no mercado internacional, capitalizando-se ou resgatá-lo, findo o prazo de vencimento.

As chances de o Governo obter novos empréstimos dos bancos particulares, simplesmente, inexistem, admitiu o ministro. Os bancos não mais repetirão o que fizeram na década de 70, quando emprestaram sem limites os petrodólares aos países do Terceiro Mundo. A forma de levantar novos recursos será outra, de agora em diante. Mairson admitiu que haverá aumento do endividamento, mesmo porque o País continuará a endividando, o que não é ruim.

A negociação com os bancos iniciou-se em 11 de fevereiro de 88 e encerrou em 22 de junho. Por ela o País obteve um prazo de 20 anos para pagamento do principal, carência de 8 anos, spread de 3/16 sobre a taxa de juros da libor, garantia de uma linha de financiamento de curto prazo de dois anos e meio para financiar as exportações e da colocação de exit bonds de US\$ 1 bilhão, com prazo de 25 anos de resgate e 6% de juros ao ano.

No contexto do acordo, o Governo conseguiu obter do Banco Mundial garantia de cofinanciamento, ao mesmo tempo que introduziu o mecanismo da conversão da dívida em capital, no País. O acordo envolve empréstimos de US\$ 5,2 bilhões, dos quais US\$ 4 bilhões, garantiu, serão liberados em outubro, enquanto o restante será desembolsado em duas parcelas de US\$ 600 milhões, uma em novembro e outra no primeiro semestre de 1989. Com os US\$ 4 bilhões que receberá em outubro, o Governo colocará em dia os juros devidos no ano passado, de US\$ 3 bilhões, e os US\$ 1 bilhão restantes serão incorporados às reservas cambiais.

A negociação com o Fundo Monetário Internacional envolverá um empréstimo stand by de US\$ 1,5 bilhão de dólares e o acordo de ajustamento interno que o Governo comprometeu-se a cumprir — de apresentar, este ano, um déficit de 4% do PIB, e no próximo de 2% — terá a duração de 18 meses, vencendo em 31.12.89. Mairson destacou que uma das vantagens do acordo é o fato de que inexiste vinculação entre o cumprimento do acordo com o FMI e a liberação de recursos por parte dos bancos.

GIVALDO BARBOSA



Mairson expôs com detalhes aos integrantes do Conselho de Segurança Nacional as negociações que culminaram no acordo da dívida externa